

PIX:

tecnologia brasileira que virou símbolo de soberania

Criado por servidores do Banco Central e lançado em novembro de 2020, o PIX se tornou rapidamente parte da vida dos brasileiros. Segundo pesquisa Genial/Quaest, divulgada pelo jornal O Globo, 80% da população confia no sistema de pagamentos instantâneos, índice superior ao de instituições como Igreja Católica, Polícia Militar e Forças Armadas.

Mais do que facilitar pagamentos, o PIX representa uma conquista tecnológica e estratégica do Brasil. O sistema demonstra que o Estado brasileiro é capaz de desenvolver e administrar sua própria infraestrutura financeira, sem depender exclusivamente de empresas estrangeiras.

O PIX já é o meio de pagamento mais utilizado no país. Em maio deste ano, movimentou cerca de R\$ 3 trilhões em mais de 7 bilhões de transações. Em 2026, mais de 170 milhões de pessoas físicas já utilizaram o sistema.



Soberania em debate

A importância do PIX ganhou dimensão internacional após o governo de Donald Trump incluir questões relacionadas aos pagamentos eletrônicos entre as justificativas para novas tarifas sobre produtos brasileiros. O governo norte-americano alegou que o sistema poderia prejudicar empresas como Visa e Mastercard.

O presidente Lula reagiu afirmando: “O PIX é do Brasil”, reforçando que a tecnologia, desenvolvida e administrada pelo Banco Central, não será submetida a pressões externas.

Novas possibilidades

O Banco Central também prepara o PIX Parcelado, previsto para novembro. A modalidade permitirá dividir compras pelo PIX, enquanto o comerciante recebe o valor integral. A operação será uma forma de crédito e poderá envolver juros, definidos pelas instituições financeiras.

O PIX, assim, ultrapassou a condição de simples meio de pagamento e se consolidou como símbolo da inovação, da autonomia tecnológica e da soberania financeira brasileira.

Com informações da CUT.



Jornada de Luta busca aprovação de texto original do PL 1893/26 na Câmara dos Deputados

Servidores públicos e entidades sindicais estarão mobilizados em Brasília e nos estados pela aprovação do texto original do PL 1893/26, enviado ao Congresso Nacional em 16 de abril, um dia após o presidente Lula assinar o projeto

[Matéria completa em condsef.org.br/noticias](https://condsef.org.br/noticias)

Inflação desacelera e volta para dentro da meta

A inflação oficial desacelerou pelo quarto mês consecutivo e fechou julho em 0,07%, segundo dados divulgados nesta terça-feira (11) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com o resultado, o IPCA acumula alta de 4,44% em 12 meses e volta para dentro da meta estabelecida pelo governo.

A meta é de 3%, com tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou para menos, permitindo inflação entre 1,5% e 4,5%.

O resultado de julho foi o menor desde agosto de 2025. No ano, o IPCA acumula:

Janeiro: 0,33% | Fevereiro: 0,70% | Março: 0,88% | Abril: 0,67% | Maio: 0,58% | Junho: 0,16% | Julho: 0,07%.

Alimentos ajudam a conter a inflação

O grupo Alimentação e Bebidas registrou queda de 0,67% em julho, pelo segundo

mês seguido. A alimentação no domicílio ficou 1,14% mais barata, com destaque para a redução dos preços do tomate (-29,09%), batata-inglesa (-19,59%) e cenoura (-14,41%).

O café moído também caiu 2,45% no mês. Em 12 meses, a queda chega a 17,2%, a maior desde o início do Plano Real, em 1994.

Segundo o IBGE, a maior oferta de alimentos, favorecida por condições climáticas mais favoráveis, contribuiu para a redução dos preços.

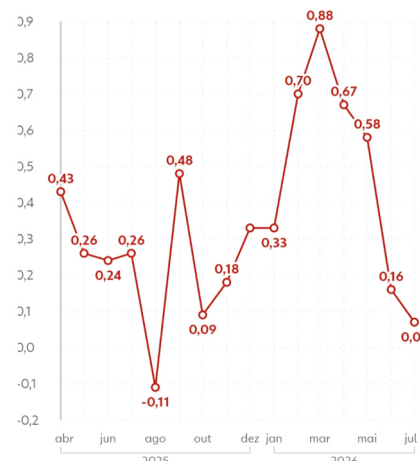
Energia puxa alta

Na outra ponta, a energia elétrica residencial subiu 3,09% e foi o principal impacto individual de alta no IPCA de julho, devido a reajustes em algumas cidades.

Nos transportes, as passagens aéreas subiram 11,67%, enquanto os combustíveis ficaram 1,44% mais baratos.

IPCA - Inflação oficial mês a mês

Variação (%) na comparação com o mês anterior



O IPCA mede a variação de preços de produtos e serviços consumidos por famílias com renda de 1 a 40 salários mínimos e é calculado pelo IBGE a partir de preços coletados em regiões metropolitanas, capitais e Brasília.



Saiba quais setores são mais afetados pela escala 6x1, que aguarda votação no Senado

Proposta, que foi aprovada por ampla maioria na Câmara dos Deputados, é aceita por mais 70% dos trabalhadores. CUT e centrais pressionam Senado por votação

[Matéria completa em cut.org.br/noticias](https://cut.org.br/noticias)